

Urgente

Em nome dos interesses dos trabalhadores e do País, a Direcção Nacional da Fiequimetal sublinha que é preciso derrotar a política das troikas, quanto mais depressa melhor.

2

Órgão dos
trabalhadores
das indústrias
metalúrgicas,
químicas, eléctricas,
farmacêutica,
celulose, papel,
gráfica, imprensa,
energia e minas

“ Com a força da luta, a razão dos trabalhadores
acabará por vencer. ”

EDITORIAL

Jornal^{da} FIEQUIMETAL



N.º 10
Novembro
2012

Distribuição
gratuita
aos associados
dos sindicatos
federados



Luta sem tréguas



A CGTP-IN convocou greve geral para 14 de Novembro. Com a grandiosa manifestação no Terreiro do Paço, a 29 de Setembro, com as vibrantes acções da Marcha contra o Desemprego, com a força da luta nas empresas e na rua, vamos parar a austeridade e a troika, vamos acabar com esta política e este Governo, antes que acabem com o País, vamos construir um Portugal com futuro.

3 e centrais

“*Há que enfrentar com coragem as dificuldades actuais, para que não sejamos confrontados no futuro com outras ainda maiores*”

A razão vencerá

A greve geral do próximo dia 14 de Novembro é mais um ponto alto da luta contra a exploração e o empobrecimento, pela defesa dos salários e dos direitos que nos querem roubar. Mas é mais do que isso. É uma greve geral pelo futuro de Portugal, pelos nossos filhos e pelas gerações vindouras. Por nós e por eles, temos a responsabilidade e o dever de agir enquanto é tempo... e o tempo não espera.

As medidas que o Governo incluiu no Orçamento do Estado para 2013 estão a ser discutidas e votadas na Assembleia da Repúbli-

ca. São medidas que chocam, pela brutalidade do roubo nos salários, pensões e subsídios e pelo violentíssimo aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho. Elas atingem áreas fundamentais da sociedade – desde a saúde à educação, da justiça ao poder local, passando pelo agravamento do custo de vida e pela privatização do que ainda resta do sector empresarial do Estado –, minando os alicerces do próprio regime democrático.

Com tal OE, apenas ganham os grandes accionistas dos grupos económicos e financeiros e os especuladores, enriquecendo à custa dos sa-

crifícios aplicados aos trabalhadores e ao povo e do aprofundamento do desastre económico no País.

É contra este autêntico golpe de Estado económico e social, que os trabalhadores de todas as profissões e ramos de actividade, do sector público e do privado, sindicalizados ou não, desta ou daquela opção político-partidária, são chamados a aderir à greve geral e dar o seu contributo para derrotar as políticas de austeridade e traçar um novo rumo para Portugal, sem troikas e com respeito por quem trabalha.

Há que vencer medos e hesitações, há que esclarecer dúvidas que ainda subsistam e há, sobretudo, que enfrentar com coragem as dificuldades actuais, para que não sejamos confrontados no futuro com outras ainda maiores.

Há fortes razões para ter confiança no êxito da luta.

O movimento de protesto cresce a cada dia que passa, sob a bandeira da CGTP-IN. Nas empresas, os trabalhadores resistem com êxito à ofensiva patronal e reivindicam melhores salários e condições de trabalho; uma grandiosa manifestação encheu o Terreiro do Paço, a 29 de Setembro; logo depois, a Marcha contra o Desemprego levou a luta às ruas e praças de dezenas de localidades.

Não estamos isolados nesta luta. Várias camadas da população manifestam-se contra as políticas de austeridade e exigem o fim das troikas em Portugal. Milhares de micro, pequenos e médios empresários compreenderam já que o empobrecimento dos trabalhadores os leva à ruína e juntam-se ao protesto, exigindo alternativas. Sem resposta para a contestação, o Governo e a coligação PSD/CDS revela contradições que os jogos de interesse acentuam.

Neste quadro, a greve geral redobra de importância. Unifica a luta e eleva o seu patamar; reforça a posição dos trabalhadores, como produtores de riqueza, e dá força às propostas da CGTP-IN, que apontam o caminho alternativo, no imediato, e os traços de uma política capaz de dinamizar o sector produtivo, criar emprego, salvaguardar os direitos sociais e laborais e melhorar as condições de vida e de trabalho, rumo a um Portugal com futuro.

No dia 14 de Novembro, estaremos em força na greve geral, marcando presença nos piquetes de greve e nas concentrações.

Disse António Aleixo que «a razão mesmo vencida, não deixa de ser razão». **Temos a certeza de que, com a força da luta, a razão dos trabalhadores vencerá.**



Direcção Nacional da Fiequimetal apela à unidade e luta

Urge mudar de política

Em nome dos interesses dos trabalhadores e do País, a Direcção Nacional da Fiequimetal sublinha que **é preciso derrotar esta política, quanto mais depressa melhor.**

A DN da federação reuniu na Marinha Grande, a 10 de Outubro, e apontou, como grandes linhas de acção dos trabalhadores, a derrota da política de austeridade, o aumento dos salários, mantendo a contratação colectiva, e a dinamização do sector produtivo nacional. Os principais resultados da discussão ficaram expressos numa resolução em que se apela ao prosseguimento e intensificação da luta dos trabalhadores, com destaque para greve geral, a 14 de Novembro.

Para a DN da Fiequimetal, a acelerada degradação da situação económica, social e laboral é consequência de dezenas de anos de políticas orientadas para a destruição do tecido produtivo e para o ataque aos direitos dos trabalhadores. Como se assinala na resolução político-sindical, aprovada por unanimidade, este ataque é agora brutalmente acelerado pela política de austeridade, prosseguida pelo actual Governo, em sintonia

com os interesses do grande patronato e dos grandes grupos económicos e financeiros.

Quem fez o mal não dá a solução

Esta política destrutiva do tecido produtivo foi desenvolvida, ao longo de mais de 30 anos, por sucessivos governos. Mas aqueles, como o actual Presidente da República, que são responsáveis pela ruína do tecido produtivo vêm agora, a pretexto de combaterem as consequências do mal que fizeram, agravar a situação, impondo novos e violentos pacotes de austeridade, novos roubos e agressões, novos e mais sofisticados mecanismos de exploração e de concentração da riqueza, numa vergonhosa submissão aos interesses do grande capital, representado pela *troika* (UE, BCE e FMI).

O resultado deste novo ataque já está à vista:

- aumento brutal do desemprego, com centenas de milhares de postos de trabalho destruídos na indústria e nos sectores que comercializam os produtos oriundos da produção nacional;
- milhares de falências, sobretudo de micro, pequenas e médias empresas;
- situações de *lay-off* e salários em atraso;
- aumento das desigualdades e da pobreza;

- agravamento da precariedade laboral e do desemprego de longa duração;

- saída forçada do País de mão-de-obra qualificada.

Entretanto, as maiores empresas cotadas na Bolsa distribuem, aos grandes accionistas, milhões de euros de lucro, que vão alimentar a especulação financeira.

A DN da federação reclama a reposição da **normalidade na negociação colectiva**, boicotada pelas associações patronais. Nas propostas sindicais vai ser incluída uma salvaguarda, exigindo um **aumento não inferior a 35 euros** para todos os trabalhadores.

Na reunião foi aprovada uma resolução em que se repudia veementemente a posição dos partidos do Governo e do PS, na votação sobre o direito à indemnização por morte ou doença profissional dos trabalhadores da **Empresa Nacional de Urânio**. A DN aprovou ainda uma moção **contra a privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**, a exigir que estes continuem no sector empresarial do Estado, integrados num plano de desenvolvimento das actividades marítimas em Portugal.

CGTP-IN convoca greve geral para 14 de Novembro

Vamos parar a austeridade e a troika

O Conselho Nacional da CGTP-IN analisou o estado do País e a situação dos trabalhadores, valorizou a gigantesca manifestação de 29 de Setembro e as outras lutas realizadas nos últimos tempos, e convocou uma greve geral para 14 de Novembro, sob o lema «contra a exploração e o empobrecimento, mudar de política, por um Portugal com futuro».

No dia 29 de Setembro, a imensa multidão que encheu o Terreiro do Paço e as ruas vizinhas deu voz ao imenso clamor, que em todo o País se levanta, contra as medidas ditas de austeridade, decorrentes do «memorando de entendimento» com a **troika** estrangeira – um autêntico programa de agressão contra os trabalhadores e o povo – e afirmou enorme confiança, vontade e determinação para prosseguir e intensificar a luta para pôr termo à política de direita que continua a destruir o Portugal de Abril e pela mudança de política. A CGTP-IN considera que esta manifestação constituiu um acontecimento extraordinário, da maior importância política e social.

O Conselho Nacional saudou também todos os trabalhadores e trabalhadoras, os reformados e pensionistas, os jovens e desempregados, outras camadas da população, que com a sua acção nos locais de trabalho e presença nas ruas, aveni-



A Marcha contra o Desemprego percorreu o País, desde 5 de Outubro, e terminou com uma grande manifestação em Lisboa, no dia 13, reafirmando a determinação de prosseguir a luta

das e praças de Portugal inteiro, têm dado expressão à luta que tem como objectivo prioritário **acabar com esta política e este Governo, antes que este Governo e esta política acabem com o País.**

Na resolução, que o CN da CGTP-IN aprovou por

unanimidade, afirma-se que Portugal não pode continuar subjugado a um Governo que, assumindo a sua natureza de classe ao serviço do grande capital, assenta a sua governação no agravamento dos sacrifícios impostos aos trabalhadores e ao povo português, para satisfazer os interesses privados dos grupos económicos e financeiros.

A exploração desenfreada dos trabalhadores quer do sector privado quer do público e empresarial do Estado, está patente na ofensiva para aumentar o tempo de trabalho (gratuito), cortar nos salários e nos subsídios de férias e de natal, desregular os horários de trabalho e introduzir o banco de horas e novas formas de adaptabilidade para fomentar o agravamento do desemprego e da precariedade dos vínculos laborais. As consequências para os trabalhadores e as suas famílias são brutais:

empobrecimento generalizado; regressão drástica das condições de vida dos portugueses; perda da qualidade e da esperança média de vida.

Considerando que é necessário, é possível e urgente desenvolver e aprofundar a luta pelo fim da política de direita e pela defesa de um Portugal com futuro, o Conselho Nacional decidiu convocar a greve geral para 14 de Novembro e apelar a todos os sindicatos, aos trabalhadores e às trabalhadoras, para que se associem a esta forma superior de luta, que é de todos e para todos, convergindo também com outros sectores da sociedade, de forma a abrir caminho a uma efectiva alternativa política, rumo ao desenvolvimento económico, ao progresso social, à salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo português, no quadro do regime democrático e das conquistas de Abril e na necessária afirmação da soberania nacional.

Unidade para ampliar a luta

Os trabalhadores todos os dias nos locais de trabalho travam lutas vigorosas. A CGTP-IN exorta-os a prosseguirem, com determinação e confiança no futuro, essa luta contra o encerramento das empresas e em defesa dos postos de trabalho; pelo pagamento dos salários em atraso e contra a desregulamentação dos horários; pelo aumento dos salários e pela garantia dos direitos laborais; pela defesa dos serviços públicos que asseguram funções sociais do Estado. A central exorta a um grande empenhamento de todos os activistas sindicais, para intensificar e ampliar a luta, a partir do reforço da unidade na acção de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, pela resolução dos problemas concretos e melhoria das condições de vida e de trabalho.



Nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a 22 de Março



Em Seia, no call-center da EDP, a 22 de Março



Na Bosch, em Braga, a 24 de Novembro



À porta da Dura, na Guarda, a 22 de Março



Nas ruas de Setúbal, a 22 de Março



Na Exide (Tudor), a 24 de Novembro



Com a força da luta nas empresas, com a enorme dimensão do protesto na rua e com a grande mobilização que fez transbordar o Terreiro do Paço, no dia 29 de Setembro, o Governo vai ter que recuar nas medidas que quer impor por via do Orçamento do Estado. Esta foi a maior deslocação dos trabalhadores da indústria e energia para uma acção de protesto em Lisboa.

Pela força da luta, o Governo foi obrigado a deixar cair a famigerada mexida na Taxa Social Única. Será pela força da unidade e da luta dos trabalhadores, que há-de recuar também no roubo dos salários e pensões, através do aumento do IRS e de novos cortes nos direitos laborais e nas políticas sociais.

Cada recuo do Governo é um passo em frente, no caminho da resistência e da luta contra as medidas de «austeridade» e a política de direita, que estão a arruinar os trabalhadores e o País. Cada recuo mostra que é possível derrotar os objectivos do Governo e da troika e que é possível acabar com esta política e com este Governo, antes que este Governo e esta política acabem com os trabalhadores e com o País!



Na TVI, na RTP e na SIC foram exibidas imagens que mostraram bem a dimensão da grandiosa manifestação de 29 de Setembro



A mensagem clara do povo tra que voltou a encher o seu Terre Luta sem tré contra a expl e o empobrec





balhador
eiro

guas
loração
cimento

Esta foi a maior mobilização nacional de sempre, no âmbito da Fiequimetal



CGTP-IN propõe medidas

A CGTP-IN propôs quatro medidas concretas, que permitiriam **aumentar as receitas fiscais em quase seis mil milhões de euros**:

- Criar uma taxa de 0,25 por cento sobre as transacções financeiras (receita adicional de 2.038,9 milhões de euros);
- Criar um novo escalão na taxa de IRC, para empresas com vendas superiores a 12,5 milhões (receita adicional de 1099 milhões de euros);
- Criar uma sobretaxa média de 10 por cento sobre os dividendos distribuídos aos grandes accionistas (mais 1.665,7 milhões de euros);
- Fixar metas anuais para concretizar o combate à fraude e evasão fiscal (1.162,9 milhões de euros em 2013).

Desta forma, seria possível respeitar o princípio constitucional da equidade fiscal; conciliar a redução do défice e da dívida pública com o crescimento económico e a justiça social; rejeitar quaisquer cortes nos rendimentos do trabalho, nas pensões e reformas.

No encerramento da Marcha contra o Desemprego, a central avançou mais quatro propostas, para **eliminar a má despesa do Estado**:

- que o Governo português, em conjunto com outros, exija que o BCE passe a financiar directamente os estados, a juros de 0,75 por cento, tal como hoje faz ao sector financeiro. Se, em 2012, os juros da dívida portuguesa atingem os 7500 milhões de euros, com esta medida Portugal pagaria apenas três mil milhões (pouparia mais de 4500 milhões de euros);
- acabar com os benefícios fiscais injustificados (a «despesa fiscal» do IRC). Através deste e outros expedientes, ficaram por cobrar 9 mil milhões de euros em 2010 (últimos dados oficiais);
- que o sector financeiro deixe de beneficiar de descontos no IRC e que se acabe com a «contabilidade criativa» da banca. Se a taxa efectiva de IRC, paga pelos bancos, de apenas 15,4 por cento, passar para 25 por cento, como paga qualquer PME, o

Estado reduz a despesa fiscal e poupa 689 milhões de euros, em 2013;

- pôr fim às parcerias público-privadas e renegociar os actuais contratos, inaceitáveis, que atiram os prejuízos todos para o Estado e entregam aos privados lucros garantidos, entre cinco e 17 por cento. O Estado poderia poupar mais de 500 milhões de euros no próximo ano.

Para ser bem gasto...

O secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, retomando reivindicações da central, indicou o que deveria ser feito com o resultado do ataque aos privilégios instalados. Depois de insistir que o problema do País não está no nível de despesa pública, pois esta é inferior à média da UE e ainda menor em relação à média da zona euro, defendeu que essas verbas fossem usadas:

- para o desenvolvimento do País e a garantia de direitos;
- na melhoria do Serviço Nacional de Saúde e nas condições de acesso por parte dos utentes, assim como no respeito pelos direitos dos profissionais da Saúde;
- na educação e na escola pública, no financiamento das instituições públicas de ensino superior, na contratação de mais professores, no fornecimento gratuito dos materiais escolares no ensino obrigatório e na eliminação das propinas;
- na protecção social, alargando o subsídio social de desemprego a todos os que dele necessitam, aumentando as reformas para, no imediato, tirar muitos portugueses da pobreza;
- na justiça, e na garantia de que o valor das custas judiciais não vai negar este direito ao povo e aos trabalhadores;
- nos serviços públicos e no sector empresarial do Estado, acabando com as privatizações;
- na cultura, indissociável do desenvolvimento, e cujo usufruto deve ser acessível a todos;
- no desenvolvimento integral do País e no fim das assimetrias regionais.



Duas grandes greves em dois curtos meses

Europac não reduz

Os trabalhadores da Europac Kraft Viana (Viana do Castelo) e da Europac Embalagem (Vila do Conde, Leiria, Sintra) conseguiram a manutenção dos direitos consagrados nos acordos de empresa, nomeadamente quanto ao pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho prestado em feriados, afastando as alterações gravosas do Código do Trabalho. Na Europac Kraft Viana chegou a decidir-se uma greve em Agosto, que não se concretizou porque a empresa recuou no seu propósito de prejudicar os trabalhadores. Continua em aberto a oposição aos quatro feriados que pretendem eliminar a partir de 2013.

Estaleiros retomam

Os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, acreditaram que era possível evitar a destruição da empresa e o desemprego de 43 pessoas. Com o apoio do seu sindicato, lutaram e venceram. No processo de insolvência, desde o final de 2011, e apesar de diversos episódios menos transparentes, foi possível encontrar um investidor interessado em manter ali a construção e a reparação naval como actividade principal, assumindo o compromisso de empregar todos os ex-trabalhadores dos ENM, assim beneficiando do conhecimento técnico e da experiência destes. O início da actividade da nova empresa, a Atlantic Eagle ShipBuilding, neste mês de Outubro, marca uma nova etapa da construção naval na Figueira da Foz, que se prevê possa durar muitos anos, pois já existem encomendas e há previsões de que, num curto espaço de tempo, se possam criar mais de 200 postos de trabalho.

Mobilização na Ambar

Em 11 de Outubro, os trabalhadores da Ambar, no Porto, realizaram um plenário muito participado, como já não acontecia há muitos anos. Foi reclamado o pagamento do salário de Setembro e do subsídio de férias. A administração foi acusada de penalizar os trabalhadores e de revelar incapacidade para travar o declínio da empresa. Se não existir resposta positiva à reclamação dos trabalhadores, foi decidida greve com concentração junto às instalações da empresa.

Norbox vai corrigir

Após intervenção sindical, a Norbox Embalagens (Grupo Saica Park), em Ovar, reconheceu no dia 13 de Setembro que é devido o subsídio de turno (15%) aos trabalhadores dos dois turnos rotativos, relativo a 2010. Numa reunião com o SITE C-N, a gerência assumiu que iria contactar os trabalhadores em causa, para regularizar o pagamento, que está previsto no CCT da Transformação de Papel, assinado com a Apigraf e que foi alvo de decisão arbitral, em Outubro de 2009, e de uma Portaria de Extensão, em 2010, passando a abranger todas as empresas do sector, filiadas naquela associação patronal ou sem filiação.

Firmes na Camo

Os trabalhadores da Camo, em Vila Nova de Gaia, têm realizado greve ao trabalho extraordinário, porque a administração quis aproveitar-se das alterações gravosas do Código do Trabalho. Os responsáveis da empresa, em retaliação inadmissível, atrasaram o pagamento do salário de Setembro. Os trabalhadores pararam, obrigando ao pagamento do salário e à vinda de administradores de Espanha. A greve ao trabalho suplementar prossegue.

A Galp pode pagar

A greve de 18 a 22 de Outubro, na Petrogal (Grupo Galp Energia), começou com níveis de adesão superiores a 90 por cento, paralisando as refinarias de Sines e Matosinhos.

A Fiequimetal saudou os trabalhadores em luta e enalteceu a sua coragem e determinação, na luta por legítimas e justas reivindicações. Numa nota à comunicação social, a federação explicou que se trata de uma luta em defesa dos direitos contratuais e contra o aumento do tempo de trabalho (gratuito), por via da eliminação de dias feriados e do descanso compensatório; contra a diminuição das retribuições, através da redução do valor da hora de trabalho e do pagamento do trabalho extraordinário e em dias feriados. É também uma luta contra o aumento das participações a cargo dos trabalhadores no regime do seguro de saúde.

Para a federação, os sindicatos e os trabalhadores, os



Durante a greve de Setembro, o secretário-geral da CGTP-IN esteve em Matosinhos e falou aos trabalhadores de empreiteiros, que também paralisaram

resultados económicos da Galp Energia mostram bem como a posição da administração, ao avançar para as medidas que suscitaram tão forte contestação, é totalmente inaceitável e imoral.

A Galp teve cerca de 200 milhões de euros de lucros,

só no primeiro semestre de 2012, durante o qual pagou 3,8 milhões de euros em salários aos administradores (mais 1,1 milhões do que no mesmo período de 2011). Realizou uma distribuição intercalar de dividendos, em Setembro, sem nada cortar aos accionistas. E vai receber 160 milhões de euros de incentivos financeiros públicos, ou seja, dinheiro dos contribuintes.

Tal como tem sido afirmado pelos representantes sindicais, a administração da Galp não tem nenhum argumento válido para sustentar a sua pretensão e não desconhece os inúmeros exemplos de empresas e sectores que estão a manter todos os direitos laborais. Mas não escondeu que o seu único

objectivo é agravar a exploração dos trabalhadores.

Por estes motivos, os trabalhadores já tinham feito greve, também com muito forte adesão, de 17 a 19 de Setembro.

Condenada

No final de Julho foi tornado público que, em tribunal, foram considerados ilícitos os descontos efectuados na retribuição dos trabalhadores da refinaria da Petrogal, em Matosinhos, após a greve de 19 a 21 de Abril de 2010. A empresa foi condenada a pagar 15.300 euros de coima, mais de 122 mil euros de retribuições e mais de 42 mil euros de descontos para a Segurança Social.

Plenário em Braga

Em 1 de Outubro, inserido nas acções que assinalaram o 42.º aniversário da CGTP-IN, realizou-se um plenário público no Complexo Grundig, em Braga, em que interveio o secretário-geral da central, Arménio Carlos. No plenário foi reclamado o respeito pelos direitos inscritos no contrato colectivo e foi repudiada a eventual redução do valor do trabalho suplementar. Foi denunciada a precariedade, nomeadamente na Delphi e na Bosch, e foi condenado o despedimento, por esta última, de cerca de 150 trabalhadores contratados a prazo, a maioria jovens, no final de Setembro.

Foi manifestado apoio à Marcha Contra o Desemprego e à greve geral de 14 de Novembro.

Há ACT na EDP

A EDP denunciou o acordo colectivo de trabalho, a pretexto da revisão do Código do Trabalho. A Fiequimetal e os sindicatos, recusando que a administração, à boleia da «troika» e do Governo, queira baixar os custos do trabalho, apenas para aumentar os lucros, reafirmaram que o ACT continua em vigor, até ser substituído por outro, e apresentaram uma contraproposta que corresponde ao texto do ACT vigente.

A proposta da empresa visa áreas como a organização do tempo de trabalho, a remuneração do trabalho suplementar ou a «mobilidade», e aponta para a eliminação do descanso compensatório, de férias e de feriados, do subsídio de isolamento, do prémio de condução de viaturas, do prémio de assiduidade. Quer acabar com a evolução nas bases remuneratórias, abrir portas à polivalência e impedir que o ACT se aplique aos novos trabalhadores (admissões ou empresas não ACT).

Jornal da FIEQUIMETAL

Jornal dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, químicas, eléctricas, farmacêutica, celulose, papel, gráfica, imprensa, energia e minas

N.º 10 • Novembro 2012

Propriedade

Fiequimetal/CGTP-IN – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas

Sede

Rua dos Douradores, 160 - 1100-207 LISBOA
Telefones: 218818500 e 218818560 • Fax: 218818555
geral@fiequimetal.pt • www.fiequimetal.pt

Director

João da Silva

Redacção

Domingos Mealha

Grafismo

Jorge Caria

Pré-impressão

pré&press, Lda

Impressão

Lisgráfica

Depósito legal

N.º 266590/07

Uma amostra exemplar de empresas onde se luta

Em greve pelas horas extra

Os trabalhadores resistem nas empresas às tentativas de redução do pagamento do trabalho suplementar. A Fiequimetal revelou uma amostra de empresas onde decorrem ou decorreram lutas.

Desde a entrada em vigor das alterações à legislação laboral, milhares de trabalhadores da indústria e energia, em centenas de empresas, recorreram ao pré-aviso de greve, emitido em Julho pela federação e sindicatos. Nos casos em que o patronato, a pretexto das alterações ao Código do Trabalho, tentou reduzir a remuneração, a recusa de trabalho extraordinário foi a resposta adequada. Em muitas situações, perante a firmeza dos trabalhadores, os responsáveis das empresas foram obrigados a recuar e decidiram continuar a pagar como pagavam até 31 de Julho.

Estes desenvolvimentos vieram confirmar aquilo que os trabalhadores e as suas organizações de classe sempre afirmaram:

- os patrões não estão obrigados a seguir os mínimos do Código,

- nada impede que continuem a pagar o trabalho suplementar e a cumprir os demais direitos, de acordo com o estabelecido na contratação colectiva de trabalho, ou conforme as práticas em vigor em cada empresa, se estas forem mais favoráveis.

Na impossibilidade de divulgar uma lista exhaustiva, a Direcção Nacional da federação apresentou, na véspera da grande manifestação de 29 de Setembro, uma amostra de empresas, de diversos sectores e regiões, onde os trabalhadores estão ou estiveram em luta. Aí foram incluídas a Sakthi, a Groz-Beckert, a Tegop, a MBO Binder, a Camo, a Petrolgal, a Europac Embalagens, a Continental Mabor, a Funfrap, a Renault Cacia,

a Grohe, a BTW (Minas da Panasqueira), a Somincor (Minas de Neves-Corvo), a Multiflow, a Fapajal, a Copan, a Portucel, a Águas de Portugal, a Fima, a INCM, a EPAL, a Iglo Olá, a Lisnave, a Alstom, a REN Gasodutos, a Parmalat, a Visteon, a Delphi (Seixal), a CSP, a MFS, a Exide (Tudor), a EDP Distribuição, a Central de Sines da EDP Produção.

Saudando os trabalhadores destas empresas e de to-



Uma das empresas onde a greve começou logo no início de Agosto foi a Visteon, em Palmela (foto durante a passagem da Marcha contra o Desemprego, no dia 11 de Outubro)

Manobras patronais

Com as alterações ao Código do Trabalho, os trabalhadores devem ter muita atenção às manobras do patronato. A nova lei não impede nenhum patrão de aplicar os direitos mais favoráveis praticados nas empresas, nomeadamente quanto a trabalho extraordinário e bancos de horas.

Trabalho extraordinário - As alterações visam reduzir para menos de metade o valor do pagamento por trabalho suplementar, incluindo o prestado em dias de descanso e feriados, e eliminar o descanso compensatório. Nada impede que continue a ser pago pelo valor do contrato colectivo, ou que resulte de um acordo em aplicação na empresa. É necessário resistir

contra este monumental roubo aos trabalhadores.

Bancos de horas - Não podem ser impostos aos associados dos sindicatos da Fiequimetal, porque não consta da nossa contratação colectiva e também porque, em devido tempo, foi deduzida oposição aos «contratos» assinados por outras estruturas.

O banco de horas só poderá ser aplicado a todos se o patrão obtiver o acordo de 75% dos trabalhadores envolvidos. Por isso é aconselhado que ninguém assine nada. Caso o patrão recorra ao acordo individual, o trabalhador deve contactar de imediato os delegados sindicais e o sindicato e tem 14 dias para recusar, por escrito.

das aquelas em que se luta por objectivos semelhantes, a DN assinalou que eles estão conscientes de que as causas dos problemas que enfrentam residem na ofensiva que o Governo e o grande patronato estão a desenvolver, apoiados na tripla, contra o emprego, os salários e os direitos. Exortou-os a manterem-se firmes na defesa dos seus direitos, na certeza de que acabarão por alcançar os seus objectivos.

Feriados

Dias antes, tinha sido apresentado um pré-aviso de greve, também para todas as empresas e sectores abrangidos pelo âmbito

dos sindicatos da Fiequimetal, que veio permitir a recusa de trabalho em qualquer dia feriado que, por escala, seja considerado dia normal de trabalho.

Esta forma de luta visa defender os direitos, manter o descanso compensatório e as percentagens de acréscimo de remuneração que estão previstas nas convenções colectivas ou que fazem parte dos usos e costumes em cada empresa.

Os pré-avisos de greve ao trabalho extraordinário e ao trabalho em dias feriados estão em vigor até ao final do ano e poderão ser prorrogados, se os trabalhadores assim o entenderem.

Caetano Bus responsabilizada

Representantes dos trabalhadores das empresas do sector automóvel deslocaram-se no dia 1 de Outubro à sede do Grupo Salvador Caetano, que preside à associação patronal ACAP, para exigirem a normalização do processo negocial de revisão do contrato colectivo de trabalho. Foi exigida prioridade para a revisão dos salários, a começar pela Caetano Bus, principal empresa industrial do grupo, onde os salários não são actualizados há mais de quatro anos.

A Caetano Bus está situada em Vila Nova de Gaia, no mesmo espaço onde o grupo tem a sede.

À hora da saída, os trabalhadores juntaram-se aos

dirigentes e delegados sindicais. Frente aos portões, realizou-se um plenário, onde usou da palavra o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos.

Foi distribuído aos trabalhadores e à comunicação social um documento que explica porque é que o Grupo Salvador Caetano, na sua condição de presidente da ACAP, é o principal responsável pela instabilidade laboral no sector automóvel.

Primeiro, os dirigentes patronais romperam acordos resultantes de demoradas negociações, sem qualquer justificação; depois, apresentaram uma proposta que continha 127 disposições e normas pio-



O protesto frente à sede do Grupo Salvador Caetano contou com a intervenção solidária do secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos

res do que o próprio Código do Trabalho; mesmo assim, romperam as negociações a meio, para tentarem a caducidade do contrato (o que não conseguiram).

Durante todo este processo, foram fiéis intérpretes das políticas que hoje são responsáveis pelos problemas do sector. E agora, continuam sem responder a uma proposta apresentada pela Comissão Negociadora Sindical há mais de um ano.

No documento afirma-se a decisão de esclarecer e mobilizar os trabalhadores para as lutas que forem necessárias para derrotar as políticas de austeridade e os seus responsáveis.



O piquete de greve

A organização de piquetes de greve é um direito previsto na lei. Uma das suas funções é desenvolverem actividades tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve, por meios pacíficos e sem prejuízo do reconhecimento da liberdade de trabalho dos não aderentes à greve.

Os piquetes são organizados pelos sindicatos e são constituídos por um número de membros que é definido caso a caso, para cada empresa.

Dos piquetes podem fazer parte trabalhadores da empresa e representantes das associações sindicais. Uns e outros têm que ser indicados pelos sindicatos respectivos. Os piquetes de greve podem desenvolver a actividade dentro da empresa, desde que não ofendam ou entrem a liberdade de trabalho dos não aderentes.

Não é preciso avisar, nem justificar a ausência

O trabalhador, sindicalizado ou não, não tem qualquer obrigação de informar a empresa de que vai aderir a uma greve, mesmo no caso de este lho perguntar, nem de justificar a ausência. A publicação do pré-aviso de greve serve precisamente para que os patrões, as empresas e o Estado fiquem informados com antecedência.

Para que não haja dúvidas

Sobre o direito à greve

Todos os trabalhadores têm direito a fazer greve

O direito à greve, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é um direito de todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo laboral que detenham, do sector de actividade a que pertençam e do facto de serem ou não sindicalizados. Nada impede que um trabalhador filiado num sindicato possa aderir a

uma greve convocada por outro, desde que o âmbito abranja o sector de actividade e a região em que a empresa está inserida.

Os pré-avisos de greve emitidos para esta greve geral pela CGTP-IN e pela Fiequimetal dão cobertura a todos os trabalhadores, independentemente da sua filiação sindical.

Actuar prontamente

Qualquer acto que desrespeite o direito à greve deve ser firmemente

contestado e prontamente comunicado ao piquete de greve ou ao sindicato.

Não se perde o subsídio de assiduidade

Ao entrar em greve, ficam suspensas as relações emergentes do contrato de trabalho, nomeadamente o direito à retribuição e, consequentemente, o dever de assiduidade. Por isso, a ausência por motivo de greve não afecta o pagamento do subsídio de assiduidade, nem prejudica a antiguidade do trabalhador.

Proibido discriminar

É absolutamente proibido coagir, prejudicar ou discriminar qualquer trabalhador que tenha aderido a uma greve.

Quaisquer actos patronais que representem coacção do trabalhador, para este não aderir a uma greve, ou que lhe causem prejuízo, pelo facto de ter feito greve, constituem contra-ordenação muito grave e são punidos com multa até 120 dias.



Informação actual

No seu sítio na Internet (www.cgtp.pt), a CGTP-IN vai publicar informações sobre o andamento da greve geral, ao longo do